DocuSign Envelope ID: 5D23D4CF-657D-43CB-98C6-78D32A0612ED

'DENTRO DA MÉDIA'

Concurso do BB tem abstenção de 47,6%

O concurso do Banco do Brasil teve a inscrição de quase 1,5 milhão de pessoas, mas pouco mais da metade está efetivamente na disputa pelas 4.299 vagas. A instituição informou que a taxa de abstenção foi de 47,6% na prova realizada no último domingo (23), o que representa que mais de 700 mil pessoas não foram ao local para realizar o exame.

De acordo com o banco, o número está "dentro da média observada em concursos em geral". No total, 1,3 milhão se inscreveram para 2.149 vagas para agente comercial - escriturário e 130 mil, para 2.150 postos de trabalho de agente de tecnologia -escriturário.

O gabarito do concurso foi divulgado na última segunda-feira (24) pela Cesgranrio, organizadora do processo seletivo. O exame teve a parte objetiva (70 questões de múltipla escolha) e a parte discursiva (redação).

Além dos 4.299 postos de trabalho, haverá seleção de 2.226 pessoas para o cadastro de reserva, sendo 1.151 para agente comercial e 1.075 para agente tributário. No concurso, 20% das vagas são reservadas para candidatos que se declararam negros e 15% para candidatos com deficiência.

Nessa terça-feira (25), encerrou-se o prazo para entrada de recursos. O resultado das provas objetivas e das notas preliminares da redação será anunciado em 5 de junho, com os pedidos de revisão sendo abertos entre 5 e 6 de junho.

Em 13 de junho será divulgado a lista de candidatos aprovados que se declararam negros. O resultado final dos outros candidatos está previsto para ser anunciado em 14 de julho.

O salário inicial é de R$ 3.622,23 por uma jornada de 30 horas semanais, além de auxílio de R$ 1.014,42 para alimentação ou refeição, cesta-alimentação de R$ 799,38, auxílio-creche, participação nos lucros ou resultados, previdência complementar, plano de saúde, plano odontológico, auxílio a filho com deficiência e acesso a programas de educação e capacitação. **(Fernando Narazaki - FP)**

Associação Beneficente Providência Azul

CNPJ nº 60.907.680/0001-53

Demonstrações Financeiras 2022 e de 2021

Balanço patrimonial em 31 de dezembro - Em reais

Ativo	Nota	2022	2021
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	41.860.476	34.729.348
Aplicações financeiras	5	42.782.271	38.919.862
Mensalidade a receber	6	4.930.833	5.703.236
Adiantamento de férias		938.884	842.575
Outros ativos circulantes		152.004	129.227
		90.664.468	80.324.248
Não Circulante			
Realizável a longo prazo			
Depósitos judiciais	7	2.498.205	1.945.570
Investimentos		172.474	131.465
Imobilizado, líquido	8	40.925.101	27.198.288
		43.595.780	29.275.323
Total do Ativo		134.260.248	109.599.571
Passivo e Patrimônio líquido	**Nota**	**2022**	**2021**
Circulante			
Contas a pagar		226.983	922.301
Empréstimos e financiamentos		96.667	134.860
Obrigações sociais e trabalhistas	9	9.995.207	8.393.068
Obrigações fiscais	10	1.453.946	1.189.142
Receitas antecipadas	11	8.167.309	7.445.718
Outros passivos circulantes		125.923	219.929
		20.066.035	18.305.018
Não Circulante			
Contas a pagar		37.820	75.294
Empréstimos e financiamentos		104.722	193.333
		142.542	268.627
Patrimônio Líquido			
Patrimônio social		91.025.926	79.326.072
Superávit dos exercícios		23.025.745	11.699.854
		114.051.671	91.025.926
Total do Passivo		134.260.248	109.599.571

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Exercício findo em 31 de dezembro - Em reais

	Nota	Patrimônio social	Superávit do exercício	Total
Em 1° de janeiro de 2.021		62.170.377	17.155.695	79.326.072
Transferência		17.155.695	(17.155.695)	-
Superávit do exercício		-	11.699.854	11.699.854
Em 31 de dezembro de 2.021		79.326.072	11.699.854	91.025.926
Transferência		11.699.854	(11.699.854)	-
Superávit do exercício		-	23.025.745	23.025.745
Em 31 de dezembro de 2.022		91.025.926	23.025.745	114.051.671

Demonstração do resultado - Exercício findo em 31 de dezembro - Em reais

Receitas Operacionais	Nota	2022	2021
Recursos Privados			
Mensalidades	13	92.854.941	84.083.697
Bolsas de estudos		26.415.056	23.556.515
Donativos e contribuições		1.395.288	1.599.637
Receitas diversas	14	23.566.024	14.906.754
Receitas com serviços voluntários	20	3.254.684	3.222.444
		147.485.993	127.369.047
Recursos Públicos			
Subvenções	15	556.671	527.963
		556.671	527.963
Total de Receitas		148.042.664	127.897.010
Despesas Operacionais			
Educacionais			
Bolsas de estudos conforme Lei 12.101/09	19c	(19.341.335)	(16.903.983)
Despesa com pessoal	16a	(34.745.405)	(31.408.364)
Donativos e Auxílios		(125.085)	(35.598)
Serviços de terceiros		(7.876.884)	(6.269.040)
Energia elétrica, água, telefone e gás		(2.124.047)	(1.793.787)
Conservação e reparos		(1.570.332)	(1.342.896)
Estudo do meio ambiente		-	-
Manutenção de máquinas e equipamentos		(832.888)	(718.705)
Material de consumo		(3.761.358)	(3.589.060)
Publicidade e propaganda		(1.055.634)	(559.448)
Impostos e taxas		(426.461)	(309.368)
Locações de imóveis		(4.111.730)	(4.008.009)
Outras despesas		(3.982.383)	(3.020.308)
Despesas com serviços voluntários	20	(3.254.684)	(3.222.444)
		(83.208.226)	(73.181.010)
Despesas administrativas			
Bolsas de estudos		(7.073.721)	(6.652.531)
Despesa com pessoal	16b	(33.247.254)	(28.620.202)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	6b	(585.822)	(996.858)
Depreciação		(2.431.783)	(2.122.859)
		(43.338.580)	(38.392.450)
Receitas (despesas) financeiras, líquidas			
Receitas financeiras	17	10.226.592	3.399.896
Despesas financeiras	17	(8.696.705)	(8.023.592)
		1.529.887	(4.623.696)
Superávit dos Exercícios		23.025.745	11.699.854

Demonstração do resultado abrangente
Exercício findo em 31 de dezembro - Em reais

	2022	2021
Superávit dos Exercícios	23.025.745	11.699.854
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado Abrangente dos Exercícios	23.025.745	11.699.854

Demonstração dos fluxos de caixa - Método Indireto
Exercícios findos em 31 de dezembro - Em reais

Fluxo de caixa das atividades operacionais	2022	2021
Superávits dos exercícios	23.025.745	11.699.854
Ajustado por:		
Depreciação e amortização	2.431.783	2.122.859
Valor residual de ativo imobilizado baixado	913.425	48.141
Superávits dos exercícios ajustados	26.370.953	13.870.854
Variações nos ativos e passivos		
Mensalidades a receber	772.403	1.851.325
Adiantamento de férias	(96.309)	(611.412)
Outros ativos circulantes	(22.777)	(19.058)
Outros ativos não circulantes	(552.635)	(489.863)
Contas a pagar	(732.792)	911.527
Obrigações sociais e trabalhistas	1.602.139	1.171.340
Obrigações fiscais	264.804	202.849
Receitas antecipadas	721.591	1.263.452
Outros passivos	(94.006)	(146.953)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	28.233.371	18.004.061
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Aplicações financeiras	(3.862.409)	(14.551.899)
Aquisição de imobilizado	(17.072.021)	(6.055.155)
Aquisição investimento	(41.009)	(44.846)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(20.975.439)	(20.651.900)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Financiamentos pagos	(126.804)	(73.152)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos	(126.804)	(73.152)
(Redução) aumento do caixa e equivalentes de caixa	7.131.128	(2.720.991)
Demonstração da (redução) aumento do caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	34.729.348	37.450.339
No fim do exercício	41.860.476	34.729.348
	7.131.128	(2.720.991)

Demonstração do Valor Adicionado
Exercícios findos em 31 de dezembro - Em reais

Descrição	2022	2021
A - Geração do Valor Adicionado		
1 - Receitas	117.787.102	100.121.194
1.1 - Prestação de serviços (Mensalidades)	92.854.941	84.083.697
1.2 - Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(585.822)	(996.858)
1.3 - Outras Receitas	25.517.983	17.034.355
2 - Insumos Adquiridos de Terceiros	30.025.316	25.352.434
2.1 - Serviços de terceiros	7.876.884	6.269.040
2.2 - Energia elétrica, água, telefone e gás	2.124.047	1.793.787
2.3 - Conservação e reparos	1.570.332	1.342.896
2.4 - Estudo do meio ambiente	-	-
2.5 - Manutenção de máquinas e equipamentos	832.888	718.705
2.6 - Material de consumo	3.761.358	3.589.060
2.7 - Publicidade e propaganda	1.055.634	559.448
2.8 - Donativos e Auxílios	125.085	35.598
2.9 - Despesas Financeiras	8.696.705	8.023.592
2.10 - Outras despesas	3.982.383	3.020.308
2.11 - Materiais de papelaria e cantina	-	-
3 - Valor Adicionado Bruto (1 - 2)	87.761.786	74.768.760
4 - Retenções	2.431.783	2.122.859
4.1 - Depreciação, amortização e exaustão	2.431.783	2.122.859
5 - Valor Adicionado Líquido (3 - 4)	85.330.003	72.645.901
6 - Valor Adicionado Recebido em Transferência	10.226.592	3.399.896
6.1 - Receitas financeiras (juros, etc.)	10.226.592	3.399.896
7 - Valor Adicionado Total a Distribuir (5 + 6)	95.556.595	76.045.797
B - Distribuição do Valor Adicionado		
8 - Distribuição do Valor Adicionado (7 = 8)	95.556.595	76.045.797
8.1 - Remuneração do trabalho (pessoal e encargos)	67.992.659	60.028.566
8.2 - Remuneração do governo (impostos, taxas e contribuições)	426.461	309.368
8.3 - Remuneração do capital de terceiros (juros, aluguéis etc.)	4.111.730	4.008.009
8.4 - Remuneração retida (Superávit do exercício)	23.025.745	11.699.854

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2.022 e 2.021 - Cifras apresentadas em reais

1. Contexto Operacional: Objeto social: A **Associação Beneficente Providência Azul,** é uma associação civil, que oferece e desenvolve a educação básica em seus vários graus, a educação moral, cívica, religiosa e, ainda, dedicar-se as assistências educacionais e beneficentes de promoção humana, sem discriminação de sexo, idade, raça, credo religioso, político de condição social, bem como a promoção de atividades culturais. **2. Base de Preparação:** As demonstrações financeiras foram elaboradas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e às normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), em especial a Resolução CFC n° 1.409/12 que aprovou a ITG 2002, para as Entidades sem finalidade de lucros. A emissão dessas demonstrações financeiras foi aprovada pela administração em 20 de abril de 2.023. **2.1 Base de Mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e do ativo imobilizado que foi adotado o custo atribuído. **2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação:** Essas demonstrações financeiras são apresentadas em real, que é a moeda funcional da Entidade. **2.3 Uso de Estimativas e julgamento:** A elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotados no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. As informações sobre incertezas de premissas e estimativas que apresentem risco significativo de resultar em ajuste material no próximo exercício financeiro e julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídos nas seguintes notas explicativas: • Nota 6 - Provisão para créditos de liquidação duvidosa; • Nota 8 - Depreciação e Amortização do Imobilizado e Intangível; **3. Resumo das Principais Práticas Contábeis:** As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras. **a) Ativos circulantes e não circulantes: • Caixa e equivalentes de caixa:** Incluem valores em caixa, contas bancárias e investimentos de curto prazo com liquidez imediata e vencimento igual ou inferior a 90 (noventa) dias e com risco insignificante de variação no valor de mercado, sendo demonstrados pelo custo acrescido de juros auferidos. **• Aplicações financeiras:** As aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data base do balanço, e, seus vencimentos são superiores a 91 (noventa e um) dias. **• Mensalidades a receber:** As mensalidades a receber correspondem aos valores a receber de clientes pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Entidade. São registradas pelo valor faturado, obedecendo ao regime contábil da competência. A provisão para crédito de liquidação duvidosa é constituída, quando necessário, em montantes considerados suficientes pela Administração para fazer face eventuais perdas na realização dos créditos. **• Imobilizado:** A Administração da Entidade optou por avaliar os bens do ativo imobilizado ao valor justo na data de abertura de 1° de janeiro de 2.010, entretanto, todos os ativos avaliados foram objeto de cisão, portanto, os itens do ativo imobilizado, inicialmente são mensurados pelo custo de aquisição ou construção e contempla a depreciação correspondente, que é calculada pelo método linear e leva em consideração o tempo de vida útil e econômica estimado dos bens. **b) Passivos circulantes e não circulantes:** Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial. **c) Provisões:** Uma provisão é reconhecida no balanço quando a entidade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que em recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. **d) Patrimônio social:** Composto pelos resultados obtidos ao longo do período de existência da entidade, que não tem capital social, devido à sua natureza jurídica de associação, conforme prevê o art. 44 e seguintes do Código Civil. **e) Receitas e despesas:** O resultado das operações é apurado pelo regime de competência de exercício, inclui o efeito líquido entre as receitas e as despesas, tendo o seu valor apurado, incorporado ao patrimônio social. As receitas oriundas das mensalidades são registradas pelo valor do faturamento, considerando sua competência. Uma receita não é reconhecida se não há a certeza de seu recebimento. Os custos correspondentes também são registrados considerando o regime contábil de competência e referem-se basicamente a despesas com pessoal, serviços de terceiros diretos e indiretos as atividades operacionais. **f) Receitas e despesas financeiras:** As receitas financeiras correspondem basicamente aos rendimentos com aplicações financeiras. As despesas financeiras correspondem basicamente aos descontos concedidos. **g) Instrumentos financeiros: • Ativos financeiros não derivativos:** A Entidade reconhece os recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A Entidade tem os seguintes ativos financeiros não derivativos: caixa e equivalentes, aplicações financeiras e mensalidades a receber. **• Passivos financeiros não derivativos:** Todos os passivos financeiros não derivativos da Entidade são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Entidade baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas. A Entidade tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: fornecedores e empréstimos. **4. Caixa e Equivalentes de Caixa:**

Descrição	2022	2021
Caixas e bancos	1.777.258	1.701.927
Aplicações financeiras de curto prazo	40.083.218	33.027.421
	41.860.476	34.729.348

As aplicações financeiras de curto prazo são de alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. São compostas por aplicações em poupanças e Certificados de Depósitos Bancários (CDBs) cujos vencimentos são inferiores a 90 dias e com taxas de remunerações que variam de 85% a 101% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI). Os valores estão aplicados em bancos de primeira linha como Banco do Brasil, Itaú e Caixa econômica Federal. **5. Aplicações Financeiras:**

Descrição	2022	2021
Fundos de investimento	42.782.271	38.919.862
	42.782.271	38.919.862

As aplicações financeiras estão representadas por fundos de investimentos, depositados no Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal e Banco Itaú, valorizados pelo número de quotas em cada final de período. **6. Mensalidades a Receber:**

Descrição	2022	2021
Curso normal **(a)**	5.560.523	6.639.850
Acordos a receber	3.189.755	3.301.089
Outras mensalidades e taxas escolares	478.685	417.410
Provisão para crédito de liquidação duvidosa **(b)**	(4.298.131)	(4.655.113)
	4.930.833	5.703.236

(a) Refere-se ao saldo das mensalidades a receber que, subsequente ao encerramento do exercício social e até a data de aprovação dessas demonstrações financeiras, foram recebidos no montante de R$ 1.025.914. **(b)** A provisão para crédito de liquidação duvidosa foi constituída para fazer face às eventuais perdas. As premissas utilizadas para constituição baseiam-se em perdas ocorridas em anos anteriores, tanto das mensalidades de cursos normais quando dos acordos efetuados. A movimentação da provisão foi a seguinte:

Descrição	2022	2021
Saldo inicial	(4.655.113)	(4.290.859)
Baixas de títulos considerados incobráveis*	942.804	772.923
Adições	(585.822)	(1.137.177)
Saldo final	(4.298.131)	(4.655.113)

* Correspondem a títulos anteriores ao exercício de 2017, considerados pela Administração como incobráveis. **7. Depósitos Judiciais:** A Associação por suas atividades e finalidade não lucrativa, é entidade beneficente de assistência social, estando apta a gozar da imunidade às contribuições para a seguridade social (INSS). Contudo, por força de lei ordinária, a fruição desse direito está condicionada à expedição do CEBAS. Em 27 de outubro de 2015, ajuizou ação declaratória de imunidade do PIS em face da Fazenda Nacional. A partir de janeiro de 2018, a Associação passou a recolher através de depósitos judiciais os valores devidos da Contribuição ao PIS sobre folha de pagamento e assim fará até análise definitiva do processo - Transitado em julgado. A Associação aguarda o desfecho da ação para então, gozar de sua isenção tributária quanto aos valores da contribuição do PIS sobre folha de pagamento. Caso não haja êxito na ação, os valores devidos serão liquidados contra a provisão contábil informados na nota explicativa n° 9. **8. Imobilizado: (a) Composição:**

Itens	2022 Custo	Depreciação	Líquido	2021 Líquido
Equipamento de informática	5.242.978	(3.719.106)	1.523.872	1.244.766
Máquinas e equipamentos	6.564.479	(2.909.409)	3.655.070	3.412.525
Móveis e utensílios	8.077.329	(5.251.610)	2.825.719	2.582.244
Veículos	2.467.893	(1.603.227)	864.666	643.820
Instalações	1.435.281	(746.115)	689.166	708.224
Benfeitorias	15.668.812	(1.235.201)	14.433.611	13.086.683
Obras em andamento	16.932.997	-	16.932.997	5.520.026
	56.389.769	(15.464.668)	40.925.101	27.198.288

(b) Movimentação do exercício de 2022:

Itens	Saldo em 31/12/21	Adições	Baixas	Transferências	Depreciação	Saldo em 31/12/22
Equipamento de informática	1.244.766	856.932	(8.850)	-	(568.976)	1.523.872
Máquinas e equipamentos	3.412.525	850.792	(1.918)	-	(606.329)	3.655.070
Móveis e utensílios	2.582.244	905.390	(141.559)	-	(520.356)	2.825.719
Veículos	643.820	493.197	(60.138)	-	(212.213)	864.666
Instalações	708.224	86.428	(960)	-	(104.526)	689.166
Benfeitorias	13.086.683	-	-	1.628.736	(281.808)	14.433.611
Obras em andamento	5.520.026	13.741.707	(700.000)	(1.628.736)	-	16.932.997
	27.198.288	16.934.446	(913.425)	-	(2.294.208)	40.925.101

(c) Movimentação do exercício de 2021:

Itens	Saldo em 31/12/20	Adições	Baixas	Transferências	Depreciação	Saldo em 31/12/21
Equipamento de informática	676,859	960.874	(1.079)	-	(391.888)	1.244.766
Máquinas e equipamentos	3.717.879	288.554	(34.624)	-	(559.284)	3.412.525
Móveis e utensílios	2.738.354	456 193	(10.672)	-	(601.631)	2.582.244
Veículos	759.383	101.999	-	-	(217.562)	643.820
Instalações	108.775	676.849	(1.766)	-	(75.634)	708.224
Benfeitorias	13.108.939	4	-	254.600	(276.860)	13.086.683
Obras em andamento	2.203.944	3.570.682	-	(254.600)	-	5.520.026
	23.314.133	6.055.155	(48.141)	-	(2.122.859)	27.198.288

Adições: As adições do exercício correspondem a benfeitorias nos imóveis para preservação e adequação as exigências legais das unidades escolares (Alvará de Funcionamento), troca da frota de veículos, instalação placas solar e reposição de móveis, equipamentos de informática e controladores para leitura térmica facial em virtude da pandemia. **(d) Taxas de depreciações:** As taxas de depreciações praticadas no exercício de 2.022 e 2.021, que correspondem a vida útil estimadas dos bens são: Edificações - 2%; Equipamentos de informática - 11,10%; Máquinas e equipamentos - 8,74%; Móveis e utensílios 8,06%; Veículos - 12,43% e Instalações - 8,74%; Benfeitorias - 1,81% **9. Obrigações Sociais e Trabalhistas:**

Descrição	2022	2021
Salários e ordenados **(a)**	2.549.693	2.312.675
Provisão de férias e encargos **(b)**	3.797.262	3.191.887
FGTS	499.296	452.527
INSS	498.422	355.498
PIS **(c)**	2.544.939	1.981.075
Outras	105.595	99.406
	9.995.207	8.393.068

(a) Correspondem aos salários e ordenados do mês de dezembro de 2022, devidamente liquidados no início de janeiro de 2023. **(b)** - Refere-se à provisão de férias e encargos, constituída de acordo com o regime contábil de competência e com base nos períodos aquisitivos de seus funcionários. **(c)** - Corresponde a provisão contábil referente a Contribuição a pagar do PIS sobre folha de pagamento. A Associação busca o reconhecimento da isenção tributária sobre essa contribuição através de ação declaratória de imunidade do PIS, uma vez que possui o CEBAS - Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, e desde janeiro de 2018 vem recolhendo os valores em juízo, conforme nota explicativa n° 7. **10. Obrigações Fiscais:**

Descrição	2022	2021
Imposto de renda retido na fonte	1.388.320	1.126.963
Pis, Cofins e Contribuição social retidos na fonte	27.137	25.920
Imposto sobre serviços retido na fonte	38.489	36.259
	1.453.946	1.189.142

11. Receitas Antecipadas: As receitas antecipadas correspondem aos valores recebidos durante os exercícios de 2.022 e 2.021, referentes à primeira parcela de mensalidade dos exercícios seguintes. **12. Contingências:** A Entidade é parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de operações, envolvendo questões cíveis, trabalhistas e outros assuntos. Todas as etapas processuais das ações são acompanhadas pelo Departamento Jurídico da Entidade, sendo que todos os recursos legais são utilizados no sentido de defender os interesses dela até as últimas instâncias do Poder Judiciário. Em 31 de dezembro de 2.022 e 2.021, com base na opinião de seus assessores jurídicos, a Entidade não possui processos com probabilidade de perda provável ou possível. **13. Mensalidades:** As receitas com mensalidades escolares são oriundas de 7 (sete) unidades escolares voltadas à educação básica, conforme demonstrado a seguir:

Unidade	2022	2021
Colégio Notre Dame (SP)	14.654.851	13.090.539
Colégio Emilie De Villeneuve (SP)	35.787.436	33.071.685
Colégio Madre Iva (SP)	6.245.784	5.184.164
Escola Maria Imaculada (SC)	3.588.511	3.066.451
Colégio Notre Dame de Lourdes (MT)	29.602.049	26.880.252
Colégio Imaculada Conceição (MT)	2.976.310	2.790.606
	92.854.941	84.083.697

14. Receitas Diversas:

Descrição	2022	2021
Taxa aulas de esportes diversos	1.834.170	871.601
Receitas mensalidades bilíngues	10.190.018	8.731.384
Receitas com estudo integral de alunos	3.876.782	1.436.056
Receita de academia	1.251.016	740.408
Receita de berçário	3.868.187	1.887.522
Estudo de meio	39.383	306
Locações de espaço e imóveis	1.643.472	756.209
Outras receitas	862.997	483.268
	23.566.024	14.906.754

15. Subvenções: Correspondem aos valores recebidos da Prefeitura Municipal de São Paulo, aplicados integralmente nos projetos educacionais da Entidade e não representam ganhos ou perdas. Além disso, essas operações não acarretam nenhum risco adicional além das obrigações correntes referentes a esses instrumentos. **16. Despesas Com Pessoal:** As despesas com pessoal estão demonstradas a seguir:

a) Educacionais:

Descrição	2022	2021
Salários e ordenados	(25.492.081)	(22.939.790)
Décimo terceiro salário	(2.476.545)	(2.225.492)
Férias	(3.380.680)	(2.997.830)
FGTS	(2.571.601)	(2.529.793)
INSS cota patronal	(7.421.976)	(6.686.879)
Isenção INSS cota patronal	7.421.976	6.686.879
PIS	(242.018)	(221.128)
Outras	(582.479)	(494.331)
	(34.745.405)	(31.408.364)

b) Administrativas:

Descrição	2022	2021
Salários e ordenados	(23.810.588)	(20.584.719)
Décimo terceiro salário	(2.313.814)	(1.959.894)
Férias	(3.257.838)	(2.731.734)
FGTS	(2.274.315)	(2.035.008)
INSS cota patronal	(6.958.324)	(5.964.995)
Isenção INSS cota patronal	6.958.324	5.964.995
PIS	(229.107)	(198.523)
Outras	(1.361.592)	(1.110.324)
	(33.247.254)	(28.620.202)

17. Receitas (Despesas) Financeiras, Líquidas: O Resultado financeiro líquido da Entidade é composto por:

Descrição	2022	2021
Receitas financeiras		
Juros ativos	634.428	453.715
Rendimento de aplicações financeiras	9.513.033	2.932.487
Outras	79.132	13.694
	10.226.593	3.399.896
Despesas financeiras		
Tarifas bancárias	(194.204)	(195.613)
Descontos concedidos	(8.377.176)	(7.581.713)
Outras	(125.325)	(246.266)
	(8.696.705)	(8.023.592)
Resultado financeiro, líquido	1.529.887	(4.623.696)

18. Instrumentos Financeiros: Os instrumentos financeiros que a Entidade possui são classificados da seguinte forma:

Descrição	2022	2021
Ativos		
Valor justo por meio do resultado		
Caixa e equivalentes de caixa	41.860.476	34.729.348
Aplicações financeiras	42.782.271	38.919.862
Pelo custo amortizado		
Contas a receber de clientes	4.930.833	5.703.236
Total	89.573.580	79.352.446
Passivos		
Pelo custo amortizado		
Contas a pagar	264.803	922.301
Empréstimos	201.389	328.193
Total	466.192	1.250.494

Risco de liquidez: O principal risco financeiro considerado pela Administração da Entidade é o risco de liquidez, onde a Entidade possa eventualmente encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A Entidade trabalha alinhando a disponibilidade e a geração de recursos de modo a cumprir suas obrigações nos prazos acordados. **19. Obrigação da Atividade Educacional Para Fins de Certificação: (a) Certificação da Entidade:** Conforme publicação realizada no Diário Oficial da União em 20 de dezembro de 2021, através da portaria n° 1941 do processo nº 23000.041536/2018-18, a entidade obteve a renovação do CEBAS (Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social), que certificou a entidade pelo período de 1° de janeiro de 2019 a 31 de dezembro de 2021. Em 06 de novembro de 2021, a Administração da entidade protocolou o pedido de renovação do CEBAS (Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social), processo 23000.032476/2021-48 no Ministério da Educação, relativo ao triênio 2022 a 2024, sendo que até a data de aprovação dessas demonstrações financeiras ainda não foi julgado. O CEBAS esteve válido durante todo o exercício de 2.022 por determinação do art. 3º, § 3º, do Decreto n. 2.536/98, revogado pelo Decreto 8.242/14 que previu: "Art. 8º. O protocolo dos requerimentos de renovação servirá como prova da certificação até o julgamento do processo pelo Ministério competente." A Associação Beneficente Providência Azul atende os requisitos constitucionais e legais referentes à concessão e renovação do CEBAS, o que lhe reconhece a isenção em relação a cota patronal do INSS. **(b) Cálculo das gratuidades:** Em 15 de outubro de 2.013 foi publicada a Lei nº 12.868 que entre outros alterou a Lei 12.101 de 27 de novembro de 2.009, regulamentada pelo Decreto nº 8.242 de 23 de maio de 2.014, estabelecendo outros critérios para determinação da base de cálculo para aplicação das gratuidades. As principais alterações correspondem à concessão ou renovação da certificação, a entidade de educação que atua nas diferentes etapas e modalidades da educação básica, regular e presencial e que deverá; demonstrar sua adequação às diretrizes e metas estabelecidas no Plano Nacional de Educação; atender a padrões mínimos de qualidade, aferidos pelos processos de avaliação conduzidos pelo Ministério da Educação; e conceder anualmente bolsas de estudo na proporção de uma bolsa de estudo integral para cada cinco alunos pagantes, excluído da base de cálculo os alunos inadimplente por mais de 90 dias. Para o cumprimento da proporção determinada, a entidade poderá oferecer bolsas de estudo parciais, observada as seguintes condições: - (i) conceder 1 (uma) bolsa de estudo integral para cada 5 (cinco) alunos pagantes ou; - (ii) conceder 1 (uma) bolsa de estudo integral para cada 9 (nove) alunos pagantes, e bolsas parciais de 50%, para alcance do número mínimo necessário. **Gratuidade calculada com base no número de bolsas oferecidas (Artigo 13 Lei 12.101/09):**

Descrição	2022	2021
(A) - Alunos matriculados *	5.604	5.587
(B) - (-) Bolsas 100% filhos de funcionários e descontos integrais	(269)	(270)
(C) - (-) Bolsas de 100%	(1.003)	(1.018)
(D) = (A-B-C) = Total de alunos pagantes	4.332	4.299
(E) = (D / 5) Quantidade mínima de bolsas de estudos 100%	866	860
(F) = (C-E) Quantidade excedente de bolsas de estudos 100%	137	158

(*) Excluídos os inadimplentes que não se enquadram nos critérios da Lei 12.101/2009. **(c) Bolsas de estudos conforme lei 12.101/09:**

Descrição	2022 Qtde. Alunos	2022 R$	2021 Qtde. Alunos	2021 R$
Bolsas de estudos 50%	62	518.808	44	402.801
Bolsas de estudos 100%	1.003	18.822.527	1.018	16.501.182
	1.065	19.341.335	1.062	16.903.983

20. Receitas (Despesas) com Serviços Voluntários: Conforme determinado pela ITG 2002, para efeito de cumprimento à resolução aplicável a entidades sem finalidade de lucros, a administração da entidade identificou e mensurou os trabalhos voluntários recebidos durante o exercício, executados basicamente por membros dos órgãos da administração: Presidente, diretoras e conselheiros. O valor do trabalho voluntário foi reconhecido com base em valores de mercado correspondentes a cada um dos serviços recebidos, em rubrica própria de receitas e despesas (resultado). Nenhum dos valores teve o desembolso de caixa correspondente, tendo sido reconhecidos, como receita e despesa operacional nas demonstrações de resultados. **21. Imunidade Usufruída:** A Associação Beneficente Providência Azul é uma entidade sem fins lucrativos, beneficente de assistência social, isenta à tributação, notadamente em relação à cota patronal do INSS. Com relação aos demais tributos sobre as atividades próprias, destacamos: PIS (Programa de Integração Social): A entidade está sujeita ao pagamento da contribuição para o PIS calculada sobre a folha de salários à alíquota de 1% de acordo com a Lei n° 9.532/97. COFINS (Contribuição para financiamento da seguridade social): A entidade é isenta do pagamento da COFINS incidente sobre as receitas de suas atividades próprias, de acordo com as Leis n° 9.718/98 e 10.833/03.

Descrição	2022	2021
Cota patronal INSS	14.380.300	12.651.874
Contribuição para o financiamento da seguridade social	4.441.280	3.836.910
Contribuição social sobre o superávit	2.072.317	1.052.987
Total dos benefícios usufruídos	20.893.897	17.541.771

22. Cobertura de Seguros: Para atender medidas preventivas adotadas permanentemente, a Entidade efetua contratação de seguro em valor considerado suficiente para cobertura de eventuais sinistros considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas e suas respectivas coberturas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da auditoria das demonstrações financeiras e, consequentemente, não foram revisadas pelos nossos auditores independentes.

Composição da Diretoria

Angelina Bridi - Presidente - CPF 001.301.368-83

Anadir Altoé - Diretora Financeira - CPF 138.938.901-49

Dailton Rodrigues Vieira - Contador - CRC 1SP176997/O-7

Relatório dos Auditores Independentes Sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Administradores - **Associação Beneficente Providência Azul** São Paulo - SP. **Opinião sem ressalva:** Examinamos as demonstrações financeiras da **Associação Beneficente Providência Azul**, (entidade) que compreende o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2.022, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da entidade em 31 de dezembro de 2.022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião sem ressalva:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação **à** Entidade, de acordo com os princípios **éticos** relevantes previstos no Código de **Ética** Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades **éticas** de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida **é** suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião sem ressalva. **Outros assuntos: Demonstrações do valor adicionado:** As demonstrações do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2.022, elaboradas sob a responsabilidade da administração da entidade, e apresentada como informação suplementar quanto **às** práticas contábeis adotadas no Brasil, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da entidade. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas em todos os aspectos relevantes, segundos critérios definidos nessa norma e são consistentes em relação **às** demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A administração da Entidade **é** responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude e erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração **é** responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável **é** um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que **à** auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude **é** maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados **às** circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação **à** capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas **até** a data de nosso relat**ó**rio. Todavia, eventos ou condi**çõe**s futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da **época** da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 20 de abril de 2.023

LM Auditores Associados Ltda - CRC 2SP018.611/O-8
Mauricio Diácoli - CRC 1SP129.562/O-5

FLORMEL INDÚSTRIA DE ALIMENTOS S/A

CNPJ/ME: 07.880.049/0001-25 - NIRE: 35.300.541.197

ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA EM 27 DE MARÇO DE 2023.

1. **Data, Horário e Local**: Realizada no dia 27/03/2023, às 14 horas, no escritório da Flormel Indústria de Alimentos S/A, localizado na Rua Vicente Richinho, 321, Polo Industrial São Bernardo, na cidade de Franca/SP, CEP 14.406-790 ("Companhia"). 2. **Convocação**: Dispensada a convocação em razão de estarem presentes todos os membros do Conselho de Administração da Companhia, conforme assinaturas constantes ao final da ata. 3. **Mesa:** Os trabalhos foram presididos pela Sr. José Laerte Casoni e secretariados pelo Sr. Gabriel Freitas Casoni. 4. **Ordem do dia:** I - Tomar conhecimento do pedido de renúncia apresentado por atual membro da Diretoria Executiva da Companhia e aprovar a eleição de seu respectivo substituto. 5. **Discussões e deliberações:** Os Senhores Conselheiros, após debates e discussões, por unanimidade dos votos e sem quaisquer restrições, conforme Estatuto Social da Companhia, deliberaram: (i) Tomar conhecimento do pedido de renúncia formulado pelo Sr. Valdir Alcântara de Souza Júnior ao cargo de Diretor sem designação específica da Companhia, conforme carta de renúncia apresentada à Companhia nesta data, agradecendo ao mesmo pelos relevantes serviços prestados a Companhia enquanto exerceu referida função (Anexo I); (ii) Em decorrência do deliberado no item (i) acima, aprovar a eleição da Sra. Suellen Dias Cunha Chiareli, brasileira, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, contadora, RG nº 40.352.935-9 SSP/SP e CPF/MF nº 352.123.958-60, residente e domiciliada na cidade de Franca/SP, na Rua José Ferreira Cândido, nº 300, Recanto Elimar, CEP 14.403-288, para o cargo de Diretora sem designação específica da Companhia com um mandato unificado de 2 anos a contar da presente data, conforme Termo de Posse e Declaração de desimpedimento anexo à presente como Anexo II. 6. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião, da qual foi lavrada a presente ata, que, após lida e aprovada, é assinada por todos os presentes, sendo que a certidão desta ata será assinada digitalmente, de acordo com previsto no parágrafo 1º do artigo 10 da MP 2.200-2/2001 e na alínea "c", do §1º do artigo 5º, da Lei nº 14.063/2020, e levada a registro perante a Junta Comercial competente. *Esta ata é cópia fiel de ata lavrada em livro próprio.* Franca, 27/03/2023. Gabriel Freitas Casoni; José Laerte Casoni; Maria Marta de Freitas; Carlos Renato Donzelli. **Participantes:** Alexandra de Freitas Casoni Comparini; Valdir Alcântara de Souza Júnior; Suellen Dias Cunha Chiareli. **Jucesp** nº 135.127/23-3 em sessão de 05/04/2023. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

A CAPITAL PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA

CNPJ/ME nº 30.827.319/0001-56 - NIRE 35.235.289.255

Extrato da Ata de Reunião de Sócios Realizada em 17 de Abril de 2023

Data, Hora, Local: 17.04.2023, às 10hs, na sede, à Alameda Itu, nº 593, Cobertura 161, São Paulo/SP. **Presença:** Totalidade dos sócios. **Mesa**: Presidente: Lisiane Gurgel Rocha, Secretária: Fernanda Rocha Kanner. **Deliberações Aprovadas:** A redução do capital social no montante equivalente a R$ 2.650.000,00 correspondente ao total de 2.650.000 quotas em razão do capital social ter se tornado excessivo em relação ao objeto social desta, nos exatos termos do Art. 1.082, II do Código Civil, o qual será pago conforme constante no item abaixo. **1.** Para o pagamento da redução do capital social descrita da presente ata, o apartamento nº 21 no Edifício Tower Hill, localizado no 2º andar do Edifício Tower Hills, à Rua Peixoto Gomide, 1300, Lançado pela Prefeitura do Município de São Paulo, através da inscrição nº 010.097.0458-3, com matrícula número 65.286, no 13º Oficio de Registro de Imóveis de São Paulo/SP ("Imóvel") integralizado ao capital social da Sociedade conforme descrito no Contrato Social datado de 04/06/2018, arquivado na JUCESP em 02/07/2018 é integralmente transferido para a sócia **Lisiane Gurgel Rocha,** brasileira, divorciada, empresária do setor comercial, residente em São Paulo/SP, RG nº 4.805.109, CPF/MF nº 033.442.008-36 ("Anne"); **2.** Os demais sócios autorizam a transferência do Imóvel para a sócia Anne com a respectiva redução de sua participação societária na Sociedade; **3.** Em razão da transferência do Imóvel para a sócia Anne, a participação societária da sócia Anne na Sociedade passará do montante de R$ 53.484.100,00 divididos em 53.484.100 quotas para o montante de R$ 50.834.100,00 divididos em 50.834.100 quotas da Sociedade; e **4.** Em razão da redução do capital social, o capital social passará do montante de R$ 53.486.500,00 divididos em 53.486.500 quotas para o montante de R$ 50.836.500,00 divididos em 50.836.500 quotas. **Encerramento:** Nada mais. São Paulo, 17.04.2023. **Sócios:** Lisiane Gurgel Rocha, Marcella Rocha Kanner Martins de Carvalho, Fernanda Rocha Kanner, Mariana Rocha Kanner Vital B. Tepedino, Gabriel Rocha Kanner.

FDE FUNDAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO — SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO — GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

FDE AVISA: COMUNICADO DE SUSPENSÃO

Por motivos administrativos, comunicamos a **SUSPENSÃO** da entrega de envelopes e da abertura da **Tomada de Preços nº 69/00056/23/02 - FDE-PRC-2023/00106**, que seria realizada em 27/04/2023, às 14:00 hs.

JIVE INVESTMENTS GESTÃO DE RECURSOS E CONSULTORIA S.A.

CNPJ/ME: 12.600.032/0001-07 - NIRE 3530056334-4

Edital de Convocação

Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, a ser realizada em 12 de maio de 2023

Ficam os acionistas da Jive Investments Gestão de Recursos e Consultoria S.A. ("Companhia") convocados para a Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária ("Assembleia"), a ser realizada em 12 de maio de 2023, às 10:00 horas, na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima n.º 1.485, 18º andar, Jardim Paulistano, CEP 01452-002, para deliberarem sobre as seguintes matérias constantes da ordem do dia: (i) examinar, discutir e votar o balanço patrimonial e as demais demonstrações financeiras da Companhia, bem como suas respectivas notas explicativas, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 e devidamente publicadas nos termos dos Artigos 133 e 289, inciso I das Lei das S.A; (ii) aprovar a destinação do resultado apurado pela Companhia no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022; (iii) fixar a verba global anual destinada à remuneração dos administradores da Companhia; (iv) aprovar o aumento do número máximo de membros permitidos a compor a Diretoria da Companha; (v) aprovar a alteração do Artigo 19 do Estatuto Social da Companhia, em razão da deliberação a ser tomada no item (iv) anterior; (vi) aprovar a alteração do Parágrafo 5º do Artigo 5º do Estatuto Social da Companhia; (vii) aprovar a consolidação do Estatuto Social da Companhia, para refletir as deliberações mencionadas nos itens (v) e (vi) acima; e (viii) autorizar que os administradores da Companhia pratiquem todos os atos necessários para efetivar e cumprir com as deliberações tomadas na Assembleia. **Instruções Gerais:** Os materiais e informações necessárias para a deliberação das matérias constantes da ordem do dia foram compartilhados nesta data com os acionistas, nos termos da lei aplicável e do Estatuto Social. Os acionistas que optarem por participar da Assembleia pessoalmente ou por procurador devidamente constituído deverão comparecer munidos dos seguintes documentos: (i) documento de identidade e, se for o caso, (ii) instrumentos de mandato para representação do acionista por procurador, outorgado na forma da legislação, inclusive o artigo 126 da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976. São Paulo, 27 de abril de 2023. A Administração, **Jive Investments Gestão de Recursos e Consultoria S.A.**

EDITAL DE INTIMAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 0002272-32.2021.8.26.0001. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 2ª Vara Cível, do Foro Regional I - Santana, Estado de São Paulo, Dr(a). DANIELA CLAUDIA HERRERA XIMENES, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a S.A.B. COMERCIO E DISTRIBUICAO LTDA – ME, pessoa jurídica de direito privado, devidamente cadastrada no CNPJ sob nº 04.643.969/0001-31, SAMUEL DE JESUS ALVES, brasileiro, solteiro, empresário, portador do CPF nº 127.768.308-58 e RENATO APARECIDO ALVES, brasileiro, separado judicialmente, empresário, portador do CPF nº 296.533.968-03, que nos autos da ação movida pela Ativos S.A. de CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. Encontrando-se os executados em lugar incerto e não sabido, foi determinada a CITAÇÃO por EDITAL para, após o prazo do presente edital: **A)** o pagamento da dívida deverá ocorrer no prazo de 15 (quinze) dias, devidamente atualizada pela tabela prática do TJSP, acrescida de custas (art. 523, CPC). **B)** No caso do executado, regularmente intimado, permanecer inerte, decorrido o prazo legal, o débito será acrescido de multa de dez por cento, bem como de honorários de advogado de dez por cento (art. 513, §1º, CPC), expedindo-se, desde logo, mandado de penhora e avaliação. **C)** Transcorrido o prazo sem pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 dias para que o executado, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente, nos próprios autos, sua impugnação (art. 525, CPC). Com o transcurso do prazo, sem pagamento e sem manifestação nos autos, após certificado pela Serventia, deverá este incidente ser remetido à Defensoria Pública, para atuação como curadora especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. **NADA MAIS**. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 19 de abril de 2022.

MUNICÍPIO DE FRANCA

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo nº 50069/22 - Pregão Eletrônico nº 081/23. Interessado: Secretaria de Educação. Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DIVERSOS PARA A IMPLANTAÇÃO DA REDE OPTICA. Recebimento das propostas dos lotes: até às 14h00 do dia 16 de maio de 2023 - Abertura das propostas dos lotes: a partir das 14h00 do dia 16 de maio de 2023 - Início da disputa de preços: a partir das 14h30 do dia 16/05/2023.

Disponibilidade do Edital: a partir de 28/04/2023, no portal eletrônico: www.licitacoes-e.com.br

CREDENCIAMENTO Nº 03/23

Processo nº 12112/23 – AMPLIAÇÃO DE VAGAS EM CRECHE, MEDIANTE PROGRAMA MAIS CRECHE. Os interessados deverão se credenciar na Prefeitura Municipal de Franca, junto a COPEL, na Rua Frederico Moura 1517 – Cidade Nova – Térreo - Sala 03 – Franca/SP, à partir do dia 02/05/2023.

Edital no site: www.franca.sp.gov.br

Franca, 26 de abril de 2023.

Cesar Carrijo Borges

Presidente da Comissão Permanente de Licitações/Pregoeiro

CONCESSIONÁRIA DAS LINHAS 8 E 9 DO SISTEMA DE TRENS METROPOLITANOS DE SÃO PAULO S.A.

CNPJ/MF nº 42.288.184/0001-87 - NIRE nº 35300570588 - COMPANHIA FECHADA

RENÚNCIA

Osasco/SP, 13 de abril de 2023. À **CONCESSIONÁRIA DAS LINHAS 8 E 9 DO SISTEMA DE TRENS METROPOLITANOS DE SÃO PAULO S.A.** ("Companhia"). Aos cuidados da Companhia, Rua General Manoel de Azambuja Brilhante, 55, bairro Centro - Osasco/SP, CEP 06.010-160. **Ref.:** Renúncia ao cargo de Diretor. Prezado Senhor: Pela presente e para todos os fins e efeitos do artigo 151 da Lei 6.404/76, eu, **PAULO FERNANDO MAINENTI FERREIRA**, brasileiro, solteiro, engenheiro mecânico, portador da Cédula de Identidade RG nº. 11.165.142-8/DIC/RJ e inscrito no CPF/MF sob o nº. 082.542.157-82, com endereço profissional na Rua General Manoel de Azambuja Brilhante, 55, bairro Centro, Osasco/SP, apresento minha **RENÚNCIA**, em caráter irrevogável e irretratável, ao cargo de **Diretor**, para o qual fui eleito na Reunião do Conselho de Administração realizada em 02/01/2023 às 10h00, comprometendo-me a manter em sigilo todas as informações que me tenham sido adquiridas no respectivo período. Atenciosamente, **PAULO FERNANDO MAINENTI FERREIRA.** Ciente em: 13/04/2023. **CONCESSIONÁRIA DAS LINHAS 8 E 9 DO SISTEMA DE TRENS METROPOLITANOS DE SÃO PAULO S.A.** por Francisco Pierrini - Diretor Presidente. JUCESP nº 157.080/23-7 em 20.04.2023. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1021959-56.2019.8.26.0224. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 2ª Vara Cível, do Foro de Guarulhos, Estado de São Paulo, Dr(a). LARISSA BONI VALIERIS, na forma da Lei, etc. **FAZ SABER a(o) ARTHUR LUPETTI PEREIRA**, Brasileiro, Solteiro, Autônomo, RG 34730100, CPF 394.867.468-00, com endereço à Avenida Jose Rangel Filho, 120, Jardim Ponte Alta I, CEP 07179-350, Guarulhos-SP, que lhe foi proposta uma ação de Execução de Título Extrajudicial por parte de OSICON PUBLICIDADE LTDA**. ME**, visando o valor de R$ 4.008,54(setembro/2019), referente ao contrato de publicidade em jornal. E, para que chegue ao conhecimento do SUPRACITADO, expediu-se o presente edital, para que em 03 dias, pague o débito atualizado ou em 15 dias embargue ou reconheça o crédito, comprovando o depósito de 30% do valor, inclusive custas e honorários, podendo requerer o restante em 6 parcelas com correção monetária e juros de 1% ao mês, prazos estes que começarão a fluir após os 20 dias supra, sob pena de penhora de bens. Não sendo contestada a ação, o réu será considerado revel, com nomeação de curador (CPC, art. 257, II e IV). Será o presente edital, por extrato afixado e publicado na forma da Lei. **NADA MAIS**. Dado e passado nesta cidade de Guarulhos, aos 13 de abril de 2023.

DocuSigned by:
GAZETA DE S.PAULO
Assinado por: JORNAL GAZETA SP LTDA:04735364000170
CPF: 29513948889
Data/Hora da Assinatura: 26/04/2023 21:41:06 BRT
ICP Brasil
5146939EFE414F8FAB3A7733135E2CCF

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2021, que institui a Infraestrutura da Chaves Públicas Brasileira- ICP-Brasil.

Esta página faz parte da edição impressa produzida pela Gazeta de S.Paulo com circulação em bancas de jornais e assinantes.
AUTENTICIDADE DA PÁGINA. A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ao lado ou pelo site *https://flip.gazetasp.com.br*